

CORREIO ECONÔMICO

Receita do governo este ano não deverá chegar à metade prevista

IFI projeta R\$ 130 bi, ante R\$ 247 bi estimados pelo Executivo

Por Marcello Sigwalt

Para frustração dos prognósticos otimistas do Planalto (vide a, cada vez mais, irrealizável meta de déficit primário zero), a receita federal não deverá chegar à metade do montante esperado para este ano, aponta a Instituição Fiscal Independente (IFI).

Em contraste com a previsão governamental de R\$ 274,7 bilhões para 2024, o IFI previu uma arrecadação não superior a R\$ 130,4 bilhões, levando em conta medidas aprovadas no ano passado. Mesmo que a projeção do IFI seja melhor do que a de R\$ 105,3 bilhões, calculada em novembro.

Entre as maiores disparidades de estimativas com a Esplanada, o instituto destaca a subvenção estadual (R\$ 27,7 bilhões) e o Carf (R\$ 65,6 bilhões), mesmo que este tenha ampliado as estimativas de receita da tributação dos fundos exclusivos, devido ao ingresso de recursos em dezembro (R\$ 3,9 bilhões) e em janeiro de 2024 (R\$ 4,0 bilhões). Neste



Avaliação do instituto é que o Executivo federal teria 'superestimado' a receita

tópico, enquanto o governo previa a entrada de R\$ 13,3 bilhões neste ano, o IFI foi além, ao projetar uma receita de R\$ 24,6 bilhões.

No caso da folha de pagamentos, há outra diferença expressiva, de R\$ 14,4 bilhões, no que toca ao impacto da desoneração, uma vez que o ICI teria mantido a renúncia para 17 setores econômicos, que deve ser

mantido até o fim de 2027, por decisão do Congresso Nacional, no ano passado.

Já no que se refere à alteração das regras do JCP (Juros sobre Capital Próprio), o ICI estima que não passe de R\$ 5 bilhões em 2024, em razão de ajustes, bem abaixo dos R\$ 10,4 bilhões estimados pelo Executivo.

Ao revisar o número de

despesas, o instituto estimou que o déficit primário deste ano deverá ser de 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB), depois caindo para 0,8% em 2025 e para 0,4% em 2026, em contraste com o proposto na meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que previa déficit zero para 2024 e superávit nos anos seguintes.

Planalto ‘abre o cofre’: R\$ 43 bilhões

Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes (Folhapress)

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) turbinou a concessão de crédito a estados e municípios em seu primeiro ano de mandato e permitiu a injeção de ao menos R\$ 43,3 bilhões em dinheiro novo para gastos e investimentos, segundo levantamento feito pela Folha a partir de dados do Banco Central.

O total liberado foi provavelmente maior porque o registro do BC não inclui operações com organismos multilaterais, que foram autorizadas em até US\$ 3,26 bilhões, segundo o Tesouro Nacional.

Ainda assim, as contratações junto a instituições nacionais representam um crescimento de 142% em relação a 2022. Para este ano, o espaço será ainda maior, de até R\$ 74,2 bilhões.

Trata-se de uma guinada na política de crédito para estados e municípios, alimentada principalmente por bancos públicos federais.

Técnicos e economistas temem que o boom de empréstimos vire uma bomba-relógio, reeditando a flexibilização ocorrida entre 2012 e 2014, no governo Dilma Rousseff (PT) - considerada o embrião da crise que, nos anos seguintes, levou ao parcelamento de salários e ao calote nas dívidas com a União.

Com mais acesso a crédito, governadores e prefeitos já pisaram no acelerador em 2023. Com as despesas turbinadas pelos empréstimos, o superávit primário dos estados caiu de R\$ 39 bilhões em 2022 para R\$ 27,5 bilhões no ano passado.

Já os governos municipais saíram de um superávit de R\$ 25,9 bilhões para um déficit de R\$ 9,8 bilhões no mesmo período. A piora dramática no resultado alimenta os crescentes pedidos de socorro feitos por prefeitos em ano de eleições municipais.

Aneel mantém bandeira verde em março

Uma boa notícia para o contribuinte brasileiro, em geral, com orçamento ‘apertado’, nesse início do ano. Em decorrência de condições favoráveis para a geração de energia nas usinas hidrelétricas do país, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou a decisão de manter, ao menos para o próximo mês de março, a bandeira verde, o que significa que não haverá custo adicional para as contas de luz, condição que se mantém nos últimos 23 meses.

Tal cenário tranquilo, porém, poderá ser alterado, a depender do comportamento do regime de chuvas, até o final do mês que vem, quando, então, a autarquia poderá efetuar uma mudança na bandeira tarifária. Essa possibilidade é reforçada pelo fato de os volumes de chuva no país estarem abaixo da média histórica, em pleno período úmido, o que limita a



Por enquanto, contas de luz não sofrerão acréscimo

recuperação dos reservatórios das hidrelétricas.

Na última quinta-feira (22), durante reunião do Programa Mensal da Operação (PMO), técnicos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) acionaram o ‘alerta’ com relação à capacidade de

recuperação dos volumes de água dos reservatórios, até o inverno (em junho), quando a precipitação de chuvas passa a ser menos intensa. De acordo com a gerente-executiva de programação da operação do ONS, Candida Lima.

Instituída em 2015, o siste-

ma de bandeiras tarifárias é um indicador, para os consumidores, sobre os custos da geração de energia no país, com o objetivo de reduzir os impactos destes custos sobre os orçamentos das distribuidoras de energia.

Na modalidade anterior, o custo da energia, em situações de geração mais difícil, era repassado às tarifas, por meio de um reajuste anual, a ser aplicado pela distribuidora, sujeito a juros. Atualmente, esses recursos são cobrados e transferidos às distribuidoras a cada mês, e por meio da “conta Bandeiras”.

Ao contrário da bandeira verde, que não impõe acréscimos às contas de luz, as bandeiras amarela e vermelha 1 e 2, pressupõem elevação no custo de geração e necessidade de que sejam acionadas térmicas para garantir o fornecimento do insumo à população, dado que o volume dos reservatórios está baixo.

Plano de recuperação da Light é rejeitado

Um plano de recuperação impossível de ser aprovado. Assim reagiram os maiores credores da Light – correspondentes a um montante de crédito de R\$ 5 bilhões – à proposta apresentada pela Light, no último sábado (24).

No total, a concessionária de energia possui uma dívida que totaliza R\$ 11 bilhões.

De acordo com uma fonte, que preferiu manter o anonimato, “não houve consenso nas

reuniões, mas mesmo assim, eles apresentaram um plano

que até onde a gente sabe, não conta com o apoio de ninguém além dos que possuem R\$ 30 mil em créditos”.

Pela versão original da proposta, os maiores credores fariam jus a receber os valores a que têm direito pelo prazo de até 90 dias. Já aqueles detentores de créditos de menor valor, que somam 28 mil, a recepção dos valores, que chegam a R\$

300 milhões, seria muito mais viável para a companhia.

Na avaliação dessa fonte anônima, a Light teria de reduzir sua alavancagem em R\$ 3,2 bilhões, em que uma parte desse valor viria dos acionistas de referência e outra, da conversão de créditos, mas essa alternativa tem sido alvo de críticas pelos maiores credores.

“Estão propondo que o acionista compra uma ação e leva três, enquanto o credor leva uma só,

não tem condição”, afirmou a fonte. Sobre a qualidade do plano de recuperação da Light, considerado ‘extremamente ruim’ para aqueles que não aceitem os termos de conversão, que estão sujeito a um pagamento único, apenas no 15º ano, correspondente a 20% da dívida e corrigido pelo IPCA.

Em comunicado à CVM, a concessionária admitiu que não há pagamento algum previsto a nenhum credor nestas condições”. (M.S.)



Dos 19 segmentos pesquisados pelo ICI, 15 avançaram

Índice de Confiança da Indústria sobe 1,8% em janeiro

Melhor resultado desde agosto de 2022, o Índice de Confiança da Indústria (ICI), do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), subiu 1,8 ponto em janeiro último, para 97,4 pontos, dentro de uma escala que vai até 100 pontos. Se considerada a média móvel trimestral, o indicador avançou 2,2 pontos, para 95,4 pontos. No ‘embalo’ dessa evo-

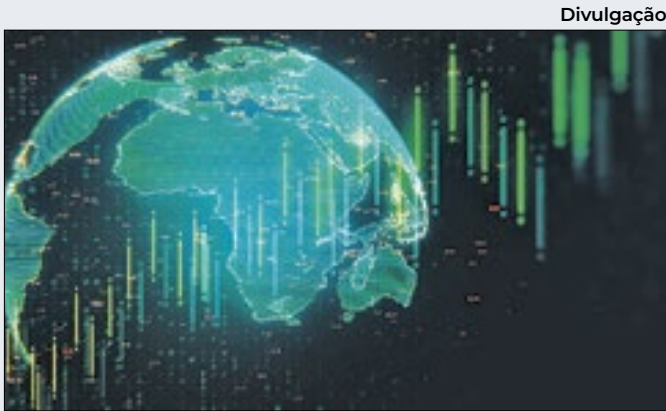
lução, ao menos 15 dos 19 segmentos industriais pesquisados no ICI tiveram crescimento, enquanto houve melhora nas perspectivas sobre a produção para os próximos três meses, quesito que teve a expansão de 3,6 pontos, para 99,3 pontos. Em relação aos próximos seis meses, a expectativa subiu 2,8 pontos, para 96,5 pontos, maior patamar desde setembro de 2022.

Precatórios já

Dependente apenas da gestão dos tribunais para ocorrer, o pagamento de R\$ 30,1 bilhões em precatórios, referente a 2024, já foi repassado ao Poder Judiciário. A maior parte deste valor se refere a precatórios para despesas de custeio e capital (investimento e amortizações).

Tranche alta

Já a tranche de R\$ 11,85 bilhões é de precatórios do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Outros R\$ 2,74 bilhões relativos a R\$ 541 mi da Previdência Social e R\$ 223 mi em despesas judiciais com o funcionalismo público.



Acordo viabilizará novos investimentos para o país

Acordo reforça ‘conduta responsável’ em operações

Simplificar as operações entre os países signatários (121), para oferecer mais previsibilidade aos investidores e promover uma conduta empresarial responsável nas operações internacionais. Esse é o objetivo do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), anunciado, neste domingo (25), pelo MDIC,

durante a Conferência Internacional em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos). Segundo a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, “há muito valor no estabelecimento de padrões globais mínimos para transparência, simplificação e facilitação de investimentos, além de prevenção de disputas”.

Sem OPA

Devido ao grande número de questionamentos em relação à operação (referente ao valor de fechamento de capital da companhia) a CVM suspendeu a Oferta Pública de Aquisição (OPA) da Cielo, por meio de fato relevante, divulgado na última quinta-feira (22).

Tesouro cresce

Uma das preferências do investidor tupiniquim em renda fixa, as vendas do Tesouro Direto em janeiro último totalizaram R\$ 3,649 bilhões, o que correspondeu a uma alta de 13% ante o mês anterior, recuo de 16,46%, no comparativo anual, segundo o Tesouro Nacional.

Convocação

Dias antes da suspensão da OPA pela CVM, um grupo de gestoras detentor de 10% do capital da Cielo solicitou ao conselho de administração da empresa a convocação de uma assembleia, pois os acionistas minoritários poderiam ter um prejuízo de R\$ 3,6 bilhões.

Selic ‘atrai’

A maior atratividade dos títulos públicos, como o Tesouro Direto, vem de sua correção pela Selic, que participam com 66,3% das vendas, enquanto os vinculados à inflação (IPCA) responderam por 20,3% do total, e os prefixados (juros definidos na emissão) – 9,9%.